

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024-PMS

Processo Licitatório nº 134/2024-PMS.

Contratação nº 901662024

OBJETO: contratação de serviço de vigilância humana (um posto) com vigia desarmado 24 horas, todos os dias da semana, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica.

**ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado já qualificada no pregão em epígrafe, por sua representante legal adiante assinada, vem, respeitosamente, perante V. Sa., com fulcro no art. 165 da Lei n. 14.133/21 e item 8 do edital, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face dos atos praticados no PREGÃO ELETRÔNICO n. 40/2024, instaurado pelo **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC**, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

Outrossim, requer o conhecimento e a procedência do presente recurso.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O **MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC** instaurou o pregão eletrônico n. 40/2024 visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância humana (um posto) desarmado 24 horas, todos os dias da semana, com sistema de rádio comunicação e dispositivo de ronda eletrônica, conforme quadro descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Catser	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	1 (Um) posto de vigilância humana com vigia desarmado 24 horas, de segunda a segunda-feira, com sistema de rádio comunicação, com dispositivo de ronda eletrônica, sendo inclusos todos os custos referentes a este item. Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, Rua Marechal Castelo Branco nº 3201.	23795	12	meses	R\$ 26.576,16	R\$ 318.913,92
TOTAL						R\$ 318.913,92

Após a fase competitiva do certame, sagrou-se vencedora, de forma totalmente arbitrária, a empresa **DEFENTEC VIGILÂNCIA LTDA.**, tendo em vista que passaram despercebidas pelos olhos da administração municipal diversas irregularidades na proposta de preços e na documentação habilitatória.

Passamos às razões do competente recurso.

2. MÉRITO

2.1 Classificação Irregular

**Planilha de custos e formação de preços – Rubricas com valores equivocados**

## a) Intervalo Intra jornada

O edital da licitação taxativamente impõe à empresa licitante que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta (itens 3.2.1 e 7.12).

Por sua vez, a Consolidação das Leis do Trabalho taxativamente assegura, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas (art. 71).

No entanto, a empresa recorrida alocou um valor menor do que efetivamente devido para arcar com as despesas dessa rubrica, vejamos:

F	Outros (especificar) - Ex Intervalo Intra jornada		R\$ 127,20
---	---------------------------------------------------	--	------------

Isso porque, de acordo com os manuais de preenchimento das planilhas de custos e formação de preços dos serviços de vigilância confeccionados com base em um farto estudo legislativo e jurisprudencial, o cálculo para se obter o valor do intervalo intra jornada é o seguinte:

$$\text{Intervalo Intra jornada} = \text{Valor da hora normal} \times 1,5 \times \text{quantidade de horas}$$

$$\text{Valor da hora normal} = \frac{\text{Salário base} + \text{Adicionais}}{\text{Jornada de trabalho mensal}}$$

Onde, 1,5 é o adicional de 50% sobre a hora normal.

Sendo assim, o cálculo se perfectibiliza na fórmula abaixo que resulta num valor que gira em torno de R\$ 193,60 e não R\$ 127,20, como apresentado pela empresa recorrida:

$$\begin{aligned} & \text{R\$ 1.865,60 (salário Base)}/220 \text{ (jornada de trabalho mensal)} \times 1,5 \\ & (\text{adicional}) \times 15,22 \text{ (média dos dias laborados)} = \text{R\$ 193,60} \end{aligned}$$

Sobreleva frisar que, embora a empresa recorrida tenha aparentemente apresentada a fórmula correta em sua planilha de custos e formação de preços, não a preencheu corretamente e obteve um resultado completamente equivocado e que a confere vantagem competitiva indevida.

#### **b) INSS**

O exposto no tópico antecedente também se observa na rubrica relativa ao INSS. Isso porque a empresa recorrida apresentou o valor de R\$ 373,12, quando o correto é R\$ 542,49.

Nestes termos, essa contribuição é encargo da empresa contratada destinada ao custeio da Seguridade Social e possui alíquota de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados que lhe prestem serviços, destinados a retribuir o trabalho (art. 22, inciso I da Lei nº 8.212/91).

Sendo assim, 20% sobre a composição da remuneração da empresa recorrida (R\$ 2.712,46) é R\$ 542,49, devendo mais uma vez a empresa recorrida ser excluída do certame (sem considerar o erro no adicional noturno que será explicitado em tópico próprio).

#### **c) Incidência do módulo 2.2 sobre o módulo 2.1**

De acordo com a Instrução Normativa n. 5/2017, que embora disponha sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, é um importante balizador das contratações municipais e estaduais, tendo em vista que é resultado de uma farta pesquisa legislativa e jurisprudencial, **há incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 (férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário) no percentual de 7,39%, 7,60% ou 7,82 (varia de acordo com as alíquotas de contribuição de 1%, 2% ou 3% referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991).**

No entanto, mais uma vez a empresa recorrida incorre em erro, vez que não se observa a incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 na sua planilha de custos e formação de preços:

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			
2.1	13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	8,33%	R\$ 10,60
B	Férias e adicional de férias	11,11%	R\$ 14,13
	<b>Total</b>		<b>R\$ 24,73</b>

#### d) Uniformes e Equipamentos

Da análise do edital é possível verificar a obrigatoriedade do fornecimento de uniformes e equipamentos, conforme item 4.8 colacionado abaixo:

**A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**

[grifos nosso]

O Termo de Referência também não diverge:

#### **4.Requisitos da contratação**

A empresa deverá disponibilizar para o município funcionários de vigilância não armada, qualificados e capacitados para prestar serviço de vigilância 24h (vinte e quatro horas) por dia de segunda a segunda-feira para segurança patrimonial e dos servidores em local determinado pela secretaria responsável. A empresa contratada responsabilizar-se-á pelo treinamento e capacitação dos profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Município,

devendo ser disponibilizados profissionais habilitados mediante certificado de curso para função destinada e manter as condições de habilitação e qualificação exigidas. **É de responsabilidade de a empresa fornecer uniformes e equipamentos bem como exigir dos empregados o uso dos mesmos.**

[grifos nosso]

As portarias 18.045/2023 e 3.233/2012 da Polícia Federal também remetem à obrigatoriedade de fornecimento de uniforme em diversos excertos. É inequívoco, portanto, que os uniformes deverão compor os preços da empresa contratada para a prestação dos serviços.

De igual modo, é incontroverso que a empresa declarada vencedora do certame não alocou qualquer valor para arcar com os custos desses insumos:

	Módulo 5 - Insumos diversos (ESTOQUE)			
5	Insumos diversos		%	Valor (R\$)
A	Uniformes			R\$ 0,00
B	Materiais			R\$ 0,00
C	Equipamentos			R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		1,00%	R\$ 0,00
	<b>Total de Insumos diversos</b>			<b>R\$ 0,00</b>

Não se pode aceitar que um posto de vigilância que envolve o fornecimento de uma relação extensa de uniformes e equipamentos seja composto sem nenhum valor para arcar, por exemplo, com as despesas relacionadas abaixo:

Lanterna Recarregável

Relógio Nexti

Apito

Cordel para apito

Livro de Ocorrências

Jaqueta

Crachá

Cinto

Boina

Calça Tática

Bota Coturno

Meia

Camisa

Capa de Chuva

É completamente reprovável que a empresa recorrida tenha sido declarada vencedora do certame sem alocar nenhum valor para arcar com rubricas substanciais, e, dessa forma, obter vantagem competitiva indevida e ilegal.

### e) Taxas Administrativas

As atrocidades praticadas pela empresa recorrida não param por aí. Analisando uma vez mais a planilha de custos e formação de preços, verifica-se completa ausência de valores para cobrir as despesas com as taxas administrativas (custos indiretos):

Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro			
6	Custos Indiretos, tributos e lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	0,00%	R\$ 0,00

É manifestamente fraudulenta a cotação de preços que não condizem com a realidade e que evidentemente não serão suficientes para cobrir os custos para os quais se destinam.

É inadmissível que se aceite cotação zero para cobrir despesas com água e luz de toda sede da empresa, aluguel, material de expediente, salário do pessoal administrativo, seguros, despesas com passivo trabalhista, valores relativos à medicina do trabalho, custos referentes aos exames admissional, demissional, periódicos, entre outros.

Os custos com todas essas despesas não se encontram em rubricas específicas na planilha, logo, deverão ser absorvidos pelas taxas administrativas.

Outrossim, ainda que se queira argumentar que o lucro da empresa poderá ser utilizado para cobrir referidas despesas, no presente caso tal argumentação jamais poderá ser validada, tendo em vista a cotação irrisória para esta rubrica (0,370%):

B	Lucro		0,370%	R\$ 4,36
---	-------	--	--------	----------

Além da imperiosidade em se resguardar o ganho de uma empresa que objetiva essencialmente o lucro, *in caso*, a empresa recorrida apresentou lucro irrisório num montante que jamais será suficiente para arcar com as despesas administrativas.

Não se vislumbra, portanto, qualquer tipo de compensação! Caso a administração acate a planilha da empresa recorrida assumirá para si o risco da inexecução contratual.

O segmento de terceirização dos serviços exige a apresentação de planilhas de custos e formação de preços justamente para que se faça uma análise minuciosa dos custos inseridos na planilha. Caso contrário, os entes públicos exigiriam apenas uma proposta de preços com valor final e global.

A avaliação das planilhas deve ser bastante criteriosa. Como já dito, sequer o lucro pode ser utilizado para dar sustentabilidade a taxa zero de custos indiretos.

Por qualquer vértice que se olhe, conclui-se pela ilegalidade da planilha apresentada pela empresa recorrida. Não se vislumbra a possibilidade de qualquer compensação, nobre administração!!

Ora senhores, o custo indireto tem destino certo: subsidiar o pagamento do pessoal administrativo, seguros, locação de imóveis, IPTU, supervisão, frota de veículos, materiais de expediente, equipamentos, sistemas de computadores em geral, entre tantos outros. É manifestamente impossível custear todas essas despesas sem nenhum valor!

Importante registrar que a cotação de valor zero para as taxas administrativas já foi objeto de análise do Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 1.214/13-Plenário que registrou que “os editais deveriam consignar expressamente as condições mínimas para que as propostas sejam consideradas exequíveis, **proibindo propostas com lucro e despesas administrativas iguais a zero**, entre



outros, em razão de esse percentual englobar os impostos e contribuições não repercutíveis (IR, CSLL)".

É inacreditável, com o mais elevado respeito, que diante tantos indicadores que escancaram que a proposta da empresa recorrida é manifestamente impraticável e que fere a isonomia do certame, a administração ainda classifique a empresa recorrida em total afronta aos direitos de todas as demais proponentes.

Nesse diapasão, Carlos Pinto Coelho Motta (2001, p. 288) assevera: "o salutar pressuposto da boa-fé deve presidir a relação entre particular e o Estado, eliminando o risco do enriquecimento ilícito de qualquer das partes".

Renata Faria Silva Lima (2007, p. 58) afirma que "configurará inequívoco ato ilícito qualquer ato emanado pela Administração que venha a negligenciar o seu dever de manutenção da essência do objeto ou das cláusulas econômico-financeiras".

Conforme exaustivamente pontuado, o debate toma salutar relevância porque a cotação a menor reduz potencialmente os custos apresentados pelas recorridas e fere o princípio da isonomia esculpido na Lei n. 14.133/21.

Podemos até considerar que a empresa licitante pode abrir mão do que lhe pertence (custos administrativos e lucro), contudo, jamais poderá tomar prejuízo para si. É indispensável que a proposta cubra todos os custos obrigatórios.

Conclui-se que a empresa recorrida não pode assegurar que cumprirá efetivamente a prestação de serviços, objeto da licitação, por meio do preço ofertado, vez que sua planilha de custos indica valores inferiores ao necessário para custear as despesas e insumos necessários a execução do contrato.

Pugna-se por justiça!

**f) Adicional Noturno**

O adicional noturno objetiva compensar o desgaste maior do empregado que presta serviço no período normalmente destinado ao repouso. Sob essa ótica, o legislador disciplinou o trabalho noturno por meio do art. 73 da CLT:

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, **sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.**

**§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.**

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

[grifos nosso]

Denota-se do excerto legal colacionada acima, que o valor da hora noturna será igual ao valor da hora normal acrescido de um percentual de 20% a título de adicional noturno. Além disso, a hora noturna terá 52 minutos e 30 segundos e não 60 min.

Por sua vez, a convenção coletiva da categoria registrada no Ministério de Trabalho e Emprego sob o n. SC000311/2024 delimita algumas rubricas que compõem a remuneração do profissional que labora numa escala de 12 x 36:

**B) 12 x 36 Noturno**

- Salário base
- Adicional noturno
- Reflexo do adicional noturno sobre o DSR
- 1 hora normal a título de hora noturna reduzida com acréscimo de 20% de adicional noturno por dia trabalhado (pagamento do valor da hora normal acrescido de 20%)
- 1 hora normal com acréscimo de 50% a título de intervalo intrajornada (caso não concedido, por dia trabalhado - pagamento do valor da hora normal acrescido de 50%), em caráter indenizatório.

Sendo assim, para calcular o valor do adicional noturno, é necessário saber a quantidade de horas mensais que compõem o salário base do empregado, para, na sequência, obter o valor da sua hora normal.

Sobre o valor da hora normal, multiplica-se o percentual de 20% do adicional noturno. Por sua vez, o valor do adicional é multiplicado pela quantidade de horas noturnas diárias, que, por seu turno, é multiplicado pela média do número de dias trabalhados no mês por um profissional em escala de 12x36.

Sendo assim:

$$1.865,60 \text{ (salário base)} + 559,68 \text{ (adicional de periculosidade)} / 220 \text{ h} \\ = 11,02 \text{ (valor da hora normal)} \times 20\% = 2,20 \text{ (valor do ad. noturno)}$$

$$2,20 \text{ (valor do ad. noturno)} \times 7 \text{ horas noturnas por dia} = 15,40 \text{ (valor do adicional noturno por dia)}$$

$$15,40 \text{ (valor do ad. noturno por dia)} \times 15,22 \text{ (média do número de dias trabalhados por um profissional em escala de 12x36)} =$$

**R\$ 234,38 (valor do adicional noturno no mês)**

Após, deve-se calcular o **valor da hora noturna reduzida**:

$$11,02 \text{ (valor da hora normal)} + 2,20 \text{ (valor do adicional da hora noturna)} = 13,22 \text{ (valor da hora noturna reduzida por dia)} \times 15,22 \\ \text{(média do número de dias trabalhados por um profissional em escala de 12x36)} = \textbf{R\$ 201,21}$$

E, por fim, deve-se calcular o reflexo do adicional noturno sobre o descanso semanal remunerado:

$[(234,38+201,21)/25 \text{ dias (média de dias úteis no mês)}}] \times 5 \text{ dias}$   
(média de dias não úteis) = **87,11**

O valor correto que deveria compor a remuneração do empregado a título de hora noturna reduzida, adicional noturno e reflexos é R\$ 522,70. Ao ponto que a empresa recorrida cotou um valor irrisório de R\$ 124,37.

Mais uma vez a empresa recorrida obtém vantagem competitiva indevida em total afronta ao princípio aos princípios da isonomia e da vantagem competitiva indevida. Sua desclassificação é medida que se impõe.

## **g) Tributos**

Os tributos apresentados pela empresa recorrida também foram cotados erroneamente, notadamente porque foram calculados sobre base de cálculo diversa da correta.

Por ser optante pelo simples nacional, os tributos abaixo deveriam ser calculados sobre o valor total do posto:

C	Tributos (SIMPLES NACIONAL)		1,27%	R\$ 0,31
C1	Tributos federais IR		1,63%	R\$ 79,70
C2	Tributos estaduais (especificar)		0,00%	R\$ 0,00
C3	Tributos municipais ISS		3,00%	R\$ 146,68

Sendo assim, o valor correto seria:

Simple Nacional R\$ 64,19

Tributos Federais R\$ 82,38

Tributos Municipais R\$ 151,62

No entanto, mais uma vez a empresa recorrida distorce todas as fórmulas para obter vantagem competitiva indevida.

## **2.2) Habilitação Irregular**

### **a) Ausência de qualificação econômico-financeira**

## Balanço Patrimonial Irregular

Na eventualidade da empresa recorrida não ser desclassificada – o que evidentemente não se espera – certamente ocorrerá a sua inabilitação, conforme se discorrerá a seguir.

Para qualificação econômico-financeira das empresas, o edital exige a apresentação de balanço patrimonial (item 7.3). No entanto, a empresa recorrida apresentou um balanço totalmente irregular que não atende as normas contábeis federais.

A NBC TG 1002, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1.002/21 que regulamenta o Modelo Contábil para microentidades (aquelas com receita bruta até R\$ 4.800.000), estabelece que devem ser elaborados pelas microempresas, entre outras peças fundamentais, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e a **demonstração de lucros ou prejuízos acumulado**:

### Conjunto completo de demonstrações contábeis e apresentação comparativa

- 3.6 O conjunto completo de demonstrações contábeis da microentidade deve incluir as seguintes demonstrações:
- (a) balanço patrimonial;
  - (b) demonstração do resultado do exercício;
  - (c) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

Por sua vez, a Lei n. 6.404/76 já estabelecia a obrigatoriedade dessas peças:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

**II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;**

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Em que pese o dispositivo supramencionado aplicar-se às sociedades anônimas, adota-se, por extensão, à empresa recorrida, especialmente porque a já citada NBC TG 1002 determina expressamente a apresentação dessas peças.

Assim, apura-se que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira juntada pela empresa recorrida não foi apresentada na forma da lei, pois em desconformidade com a Lei n. 6.404/76 e com o modelo contábil correspondente.

O doutrinador Antoninho Marmo Trevisan em sua obra “Como Entender Balanço” ensina que:

*O Balanço Patrimonial é apenas uma das demonstrações financeiras preparadas pelas empresas e demais organizações. Mostra a posição financeira e patrimonial dessa empresa numa determinada data – normalmente em 31 de dezembro – como se fosse uma fotografia. [...] Quais são as demais Demonstrações Financeiras de uma empresa? São elas:*

- Demonstrações do Resultado do Exercício;*
- **Demonstrações de Lucros e Prejuízos Acumulados**, que pode ser substituída nas empresas de capital aberto pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;*
- Demonstrações de Valor Adicionado, obrigatória apenas para as companhias abertas, e;*
- Notas Explicativas.*

[grifos nosso]

As peças aqui pontuadas são, portanto, parte integrante das demonstrações contábeis e foram taxativamente exigidas pelo município quando

inserido no edital que deveriam ser apresentadas as “demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei”.

Além de ferir a legislação, a empresa recorrida ofende também o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, vez que TAXATIVAMENTE exigido no edital o que aqui pontuado.

Douta administração, são diversos ordenamentos/regulamentos/resoluções/manuais que impõem a apresentação dessas peças indispensáveis para análise da saúde financeira das empresas, além do próprio edital.

Com efeito, a obrigatoriedade de apresentação de documentos contábeis na fase de habilitação do certame tem por finalidade propiciar que a administração pública examine a situação econômico-financeira da licitante antes de efetivar a contratação.

Outrossim, pretende a administração cercar-se de garantias econômico-financeiras para a conclusão do objeto do contrato com o objetivo de avaliar a real capacidade de execução do objeto da licitação, porquanto, visa constatar se a licitante terá solvência e solidez suficientes para cumprir com o contrato, e, encontra fundamento jurídico no inciso XXI, art. 37, da Constituição Federal.

Como exposto alhures, busca-se resguardar o cumprimento contratual na sua integralidade, e do próprio edital, selecionando empresas financeiramente saudáveis.

A inabilitação da empresa recorrida é medida que se impõe.

#### **b) Ausência de qualificação técnica**

**Ausência de atestado de capacidade técnica que comprove a experiência exigida no edital - Descumprimento do item 7.4**

Para comprovação da qualificação técnica das empresas, o município licitante exige a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação.

Todavia, verifica-se que a empresa recorrida apresentou um único atestado que comprova a prestação dos serviços por apenas 150 dias letivos, ou seja, aproximadamente 5 meses. Considerando que o contrato tem vigência inicial de 12 meses, a empresa recorrida não executou serviço semelhante

Sendo assim, o atestado não demonstra execução pretérita de serviços semelhante, notadamente porque a similaridade deve englobar **características, quantidades e prazos**.

Com a exigência de qualificação técnica das licitantes, a administração objetiva a seleção de empresas verdadeiramente aptas a cumprir o objeto contratual com a qualidade que se espera.

A comprovação de qualificação técnica intenta garantir as condições mínimas para o bom e fiel cumprimento do contrato e o atendimento pleno da finalidade pública perquirida.

O objetivo da apresentação dos atestados de capacidade técnica é comprovar a satisfatória prestação de serviços e assegurar que o objeto será executado regularmente, sem qualquer surpresa para administração.

Habilitar a empresa recorrida significa aceitar que empresa sem nenhuma aptidão técnica seja declarada vencedora do certame! Além do mais, representa rasgar tudo o que inserido no edital e na lei de licitações.

Assim, considerando que a empresa recorrida não comprovou a qualificação técnica para prestação dos serviços objeto do certame, a sua inabilitação é medida que se impõe.



### **3. PEDIDOS**

Ante o exposto, REQUER seja conhecido o presente recurso para julgá-lo totalmente procedente, com a consequente desclassificação/inabilitação da empresa recorrida e exame da proposta subsequente na ordem de classificação.

Não sendo reconsiderada a decisão pelo eminente pregoeiro, o que evidentemente não se espera, REQUER sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido.

Nestes termos, pede deferimento.

Joinville/SC, 7 de outubro de 2024.

Ana Rafaela Soares de Borba  
OAB/SC 35.112